SÍNTESE DA ATUAL PROBLEMÁTICA IDENTIFICADA NOS CURSOS DE PEDAGOGIA E DEMAIS LICENCIATURAS DO ESTADO DO PARANÁ

ONILZA BORGES MARTINS
Doutora em Educação
Livre-Docente em Estrutura e Funcionamento do Ensino
Professora Adjunta do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da UFPR.

MARIA DO ROSÁRIO KNECHTEL
Doutora em Educação
Livre-Docente em Sociologia da Educação
Professora Adjunta do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação da UFPR.

MARY TEREZINHA PAZ BRITO
Mestra em Educação
Professora Assistente do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da UFPR.


A presente investigação, ao mesmo tempo que se orientou para a análise das questões da formação dos profissionais de ensino, desde 1986, articulou-se ao Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, que teve sua gênese em 1980.

A partir deste momento, acreditou-se que o real assumir poderia fazer avançar o Movimento no Estado do Pa-
raná, em termos de proposições concretas, avaliando e relatando as experiências nas diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) e divulgando-as amplamente para subsidiar a Comissão Nacional, como instância articuladora junto ao MEC, das novas propostas curriculares sobre a formação do educador.

Nessa perspectiva, foi assumido pela equipe de pesquisadores da UFPR o compromisso de continuar buscando a ampliação das discussões orientadas pelos “princípios gerais” contidos no “Documento de Belo Horizonte”. Desta forma, procedeu-se, durante a investigação, ao levantamento de experiências relacionadas com a identidade dos Cursos de Pedagogia e das Licenciaturas das referidas instituições, a partir das próprias necessidades características locais.

Alguns pontos de partida constituíram as preocupações centrais deste trabalho:

1.º As Universidades têm formado, ao longo dos últimos anos, em larga escala, professores sem visão crítica da realidade.

2.º Os Cursos de Licenciatura de nosso Estado têm formado cientistas que não possuem o fascínio pela ciências, por desconhecerem a sua história.

3.º A compreensão desse fato é um possível encaminhamento da solução para que este problema seja efetuado em conjunto, isto é, de que o exercício profissional não pode ser individual, já que a formação do profissional de ensino é uma questão coletiva, nacional.

4.º As Coordenações dos Cursos de Licenciatura têm estado mais preocupadas com o cumprimento de tarefas legalistas e administrativas do que com aspectos epistemológicos, políticos e profissionais dos Curso de Formação do Educador.
O objetivo geral deste estudo foi o de debater com os coordenadores e representantes das Instituições de Ensino Superior do Paraná as seguintes questões: viabilidade de uma base comum nacional para os Cursos de Licenciatura, identidade dos Cursos de Pedagogia e problemática das atuais habilitações, formação de uma consciência social e de um compromisso efetivo com a qualidade de ensino, relação teoria x prática como núcleo integrador da identidade dos cursos. Foram levantadas, também, algumas experiências já em andamento nesses cursos, tendo em vista subsidiar o Movimento Nacional.

O estudo de campo realizado envolveu 48 coordenadores e representantes das instituições de Ensino Superior, situadas em 16 municípios do Estado do Paraná.

Optou-se por trabalhar com uma amostra de 4 sujeitos por região, onde se procedeu à escolha dos mesmos por sorteio.

A amostra escolhida possibilitou a construção dos ideários das regiões, assim denominadas: Metropolitanana, Sul, Nordeste e Oeste.

O método adotado foi a Análise de Conteúdo das Respostas e dos Fragmentos dos Discursos dos Informantes.

Do relato dos representantes das IES do Estado do Paraná, pode-se constatar que:

— o estado atual do debate a formação do educador necessita de maior aprofundamento e de decisões tomadas em conjunto, para garantir a troca sistemática de informações, experiências e sugestões que contribuam para consolidar o processo de mobilização nacional;

— a melhoria da qualidade de ensino dos cursos de graduação deve ter como ponto de partida a totalidade das experiências vividas pelos sujeitos da
relação pedagógica nos diversos contextos formativos;

— a base comum nacional deve ser assumida concretamente, implicando numa redefinição tanto dos conteúdos específico como das disciplinas pedagógicas e das práticas de ensino;

— a questão da reformulação da consciência profissional colocou a atividade docente como fio condutor das preocupações de todas as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, enfatizando a necessidade da formação de um profissional competente, comprometido com um projeto pedagógico articulado diretamente à sociedade;

— as habilitações percebidas como condição prévia para o exercício de uma função devem ser revisitadas, já que “o papel dos especialistas” na escola é uma questão que merece explicitação política;

— deve ser reafirmado o caráter do Curso de Pedagogia como responsável pela formação de docentes para as disciplinas pedagógicas do ensino de 2.º grau;

— deve ser negada a limitação dos conteúdos estabelecidos por instâncias externas às IES, bem como os procedimentos pedagógicos sustentados por concepções que utilizam os referidos conteúdos como veículos de reprodução de um determinado saber;

— o trabalho docente deve ser reconhecido pelo Estado como uma atividade profissional e política relevante, atribuindo aos profissionais de ensino uma remuneração condigna e condições físicas e materiais indispensáveis à prática educativa;

— os movimentos dos profissionais de ensino com dimensões e articulações que revelam um saber que
a educação deve ter sempre presente, devem permanecer como espaços de resistência e de manifestações de busca de uma nova sociedade, analisados nas suas práticas pedagógicas, para o re-pensar de uma nova escola e de um melhor profissional.